

O LUGAR E O ESPAÇO DOS SENTIDOS COLONIALISTAS NA POLÍTICA BRASILEIRA E NA PRESERVAÇÃO DOS DESNÍVEIS SOCIAIS

Klondy Lúcia de Oliveira Agra

Universidade Federal de Rondônia

DOI: 10.25768/20.04.01.014

RESUMO: Neste estudo, com o principal objetivo conhecer o lugar e o espaço dos sentidos colonizadores na política brasileira e como esses sentidos auxiliam e/ou preservam os desníveis sociais, utilizou-se uma posição epistemológica interdisciplinar. Após pesquisa e análise, concluiu-se que, num mundo globalizado, com uma visão geopolítica de centro e periferia, percebem-se que os sentidos colonialistas estão com seu lócus bem marcado na política brasileira, o que conduz sua população a uma crise de sentidos devido aos constantes ataques da mídia e discursos diversos e contraditórios. Uma crise de sentidos que alcança homens e mulheres e os fazem crer que não há mais valores comuns e, por isso, são incorporados na sociedade como colonizadores e/ou colonizados, reforçando as diferenças, mantendo preconceitos e preservando os imensos desníveis sociais.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; construção do sentido; decolonização.

Índice

Introdução	1
1 A construção do sentido	2
2 O discurso e a construção do sentido	3
3 O lugar e o espaço do discurso colonizador na política brasileira	4
3.1 O <i>lócus</i> do sentido colonizador e os desníveis sociais	5
Conclusão	6
Referências	7

Introdução

AS TEORIAS e práticas pós-coloniais e decoloniais têm sido importantes ferramentas para questionar o discurso colonial e trazer à tona discussões sobre suas interferências em questões morais e raciais. Neste estudo, com o principal objetivo de conhecer o lugar e o espaço dos sentidos colonizadores na política brasileira e como esses sentidos auxiliam e/ou preservam os desníveis sociais, procurou-se refletir, inicialmente, sobre a Língua e a Cultura (Witherspoon (1980); Bakhtin, (1999); entre outros), para a seguir verificar

© 2020, Klondy Lúcia de Oliveira Agra.
© 2020, Universidade da Beira Interior.
O conteúdo deste artigo está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra ca-

rece de expressa autorização do editor e do(s) seu(s) autor(es). O artigo, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

como o sentido é construído (Frege, 1978) e, a partir daí versar sobre o discurso, discurso político e discurso colonizador (Brandão (1997); Foucault (1986); entre outros) e sua responsabilidade na construção de sentidos e na preservação da subalternidade.

Com a crença de que o cenário contemporâneo da política brasileira não deve ser observado apenas sob a luz da história recente da região, pois, com uma gama cultural formada por países colonizadores x colonizados e com vieses culturais descendentes de forte imperialismo x subalternismo, o Brasil, ao longo de sua história, se mostra com políticas enfraquecidas e com um quadro político e social polarizado, no qual exhibe, de um lado, ideias e projetos no rastro de países considerados imperialistas e do outro, fortes resistências a essas ideias.

Compreende-se, a política, neste estudo, não apenas em sua dimensão institucional, mas em um sentido amplo, como assinalado por René Rémond (1997), enquanto esfera que se comunica com diversos âmbitos da realidade, da cultura à sociedade, da economia às relações internacionais.

O lugar e o espaço neste estudo seguem pontos de vista do autor da geografia humanista Yi-Fu Tuan (2013), ou seja, são vistos como o lócus do sujeito que o constrói, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo se relacionando com o mundo e com a coletividade social.

Para a discussão, procurou-se pelas críticas decoloniais de Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Immanuel Wallerstein (2005), entre outros. Ademais, observaram-se durante este estudo, componentes da identidade cultural que com sentidos próprios formam o nacionalismo, o latino-americanismo, o hispanismo e hoje, fortemente realçada, uma norte-americanização da elite política brasileira que foram compreendidos aqui como partes integrantes da vida política e como formadoras da cultura política. Uma cultura política entendida como um sistema de representações portador de normas e valores políticos que se en-

contram intimamente interligados ao autoritarismo, a democracia, o populismo, ao nacionalismo e outros fenômenos observados.

1 A construção do sentido

Para verificar o lugar e o espaço dos sentidos colonizadores na política brasileira, inicialmente, fez-se uma imersão no que entendemos por língua e cultura e a relação entre uma e outra, para então, analisarmos como o sentido é construído.

Língua e Cultura são conceitos que convivem lado a lado, mas tanto uma quanta a outra, conduz a uma visão unilateral do todo, como afirma Witherspoon (1980, p.2): “Se observarmos a cultura do ponto de vista linguístico, obtemos uma perspectiva unilateral da cultura; se observarmos a língua do ponto de vista da cultura, obtemos uma visão unilateral da língua” [Nossa tradução].

Segundo Bakhtin (1999, p. 94), a língua só é compreendida se inserida num contexto e numa situação concreta e explica que, enquanto uma forma linguística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor somente como tal, ela não terá para ele nenhum valor linguístico. De acordo com o autor, a pura “sinalidade” não existe, mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem e que, mesmo ali, a forma é orientada pelo contexto e já constitui um signo, embora o componente “sinalidade” e de identificação que lhe é correlata seja real.

Para Bakhtin (1999, p.95), a língua é uma evolução ininterrupta, uma criação contínua. E toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal.

Destarte, para Bakhtin, todo ato de compreensão é uma resposta, na medida em que esse ato introduz o objeto da compreensão num novo contexto, o contexto potencial da resposta. Ainda, para entender um pouco mais sobre a construção do sentido e o contexto cultural, recorre-se a Frege (1978) e retoma-se a sua concepção de unidade de sentido, com

base no clássico ensaio “Sobre o Sentido e a Referência”.

Para Frege (1978, p. 64), o sinal é o elemento que remete à significação. O sinal para Frege é mais do que a palavra, mas é inclusive a palavra. A referência é a substância – quando ela existe. O sentido é a ideia compartilhada como referente, isto é, uma concepção geral que permite o entendimento dos significados das frases entre os falantes. A representação é a concepção pessoal acerca do referente. Para que o sinal possa atuar como elemento representativo deve estar associado a um sentido.

O sentido, construído culturalmente, é compartilhado pelos falantes de uma língua. Definido como uma ideia geral que os falantes de uma língua associam a um sinal qualquer a respeito de um objeto do mundo real ou de mundos possíveis, o sentido é o responsável pela possibilidade de comunicação entre usuários de uma língua. Quando um locutor fala uma palavra qualquer ou utiliza-se de um gesto culturalmente definido, espera que seu interlocutor entenda o que se está falando.

Atenta-se, então, para o fato de que os falantes associam ideias muito próprias e peculiares a um dado sinal. Ideias que resultam de suas experiências pessoais e que é o fruto de sua existência pessoal. Então, para que palavras signifiquem uma ideia é necessário que haja correlato empírico objetivo na vivência dos interlocutores, levando em conta que pessoas de um mesmo grupo podem significar palavras diferentemente, pois ao ouvir ou ler uma palavra, o interlocutor puxa de seu inventário de vivências e do seu dicionário interno tudo que está ligado a essa palavra, ou à sensação mais forte que teve com referência a essa palavra. É o que Frege (1978) chama de representação: as ideias pessoais associadas aos sinais.

Com esse entendimento sobre o sentido culturalmente construído, partimos à compreensão do discurso na perspectiva de diferentes autores e de como se explica a construção do sentido a partir desse discurso, para desse

modo observar, também, o lugar e o espaço do discurso colonizador na política brasileira.

2 O discurso e a construção do sentido

O discurso, tal como o compreendemos, define-se como um processo de articulação entre o domínio linguístico e o campo social (apreendido pela história). Segundo a Análise de Discurso de linha francesa (AD), o discurso é o espaço onde a ideologia se manifesta e se materializa, produzindo sentidos para e entre seus sujeitos. Baseando-se na confluência de três grandes áreas do conhecimento científico (a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise), a AD fundamenta-se como o estudo da linguagem enquanto “lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade” (Brandão, 1997, p.12).

A ideologia, de acordo Althusser (1985/1998, p. 82), expressa “sempre, qualquer que seja sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe” e, dessa forma, busca, por meio de aparelhos repressivos e ideológicos reguladores das práticas dos indivíduos que formam uma sociedade, a perpetuação ou a reprodução das relações de produção/ exploração.

Para tanto, a ideologia interpela indivíduos como sujeitos, isto é, a fim de assegurar seu funcionamento, ela promove o assujeitamento do sujeito enquanto sujeito ideológico que, com a impressão de estar exercendo sua própria vontade, acaba sendo conduzido por ela. A ideologia caracteriza-se, enfim, por sua dissimulação no interior de seu próprio funcionamento, colaborando na constituição do sujeito e na produção dos sentidos.

Pêcheux (1975), considerando as ideias althusserianas e os conceitos de Foucault acerca do discurso e da formação discursiva, elabora suas próprias noções de formação discursiva (FD) e formação ideológica (FI). Formada a partir de condições de produção (CP) específicas, uma FD, conforme dito anteriormente, determina tudo “o que pode e deve ser dito” pelos falantes de uma língua em uma

dada formação ideológica que, por sua vez, define-se como um elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (Pêcheux e Fuchs, 1975/2001, p. 166).

A ausência de delimitações precisas entre as fronteiras que separam uma FD de outra(s) faz com que elas apresentem, muitas vezes, conflitos dentro delas mesmas e entre si. Esta inscrição entre diversas FDs acontece exatamente pelas formações ideológicas que as circundam e as abrangem. Em outras palavras, são as FIs que, constituídas pela interligação de diferentes FDs, possibilitam que um determinado sentido seja apreendido e não outro.

Além disso, para que a reprodução das relações de produção seja efetiva, as FIs fazem uso de mecanismos de interpelação ou de assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico. Um sujeito cria sentidos a respeito de uma determinada palavra ou ideia a partir das FDs que o constituem e das posições ideológicas que ele assume no processo sócio histórico em que esta palavra ou ideia foi produzida.

Na articulação destas teorias percebe-se, ainda em Pêcheux (1983), que o discurso, governado por FIs diversas, é entendido como uma estrutura na qual surgem os acontecimentos, ou seja, baseando-se na opacidade da linguagem, ele é construído dentro de uma conjuntura sócio histórica, evocando memórias e sentidos já produzidos em outros lugares, por outros sujeitos e em outros momentos.

Atravessado pela dispersão do sujeito, o discurso se define, devido às contradições de classe nele presentes, como heterogêneo, apesar de buscar, sempre, certa homogeneidade discursiva, transparência e imutabilidade em sentidos sobre os quais atuam diversos mecanismos ideológicos para que efeitos de natu-

ralidade sejam obtidos. Sem se dar conta da possibilidade de passagem de uma FD a outra, da heterogeneidade que se inscreve no seu discurso, o sujeito tem a ilusão de ser o “dono” do seu discurso, capaz de marcar exatamente o que é seu e o que é do outro. Ele não percebe que este Outro está, invariavelmente, sempre presente em seu discurso, constituindo-o. Assim, ele “pensa controlar a própria ideologia, quando, na realidade, ele contribui significativamente para a perpetuação da luta de classes que serve aos propósitos da ideologia” (Dugaich, 1993, p. 20).

3 O lugar e o espaço do discurso colonizador na política brasileira

Antes de apontarmos o lugar e o espaço do discurso colonizador, necessário se faz explicar o que é compreendido aqui como um discurso colonizador. Como observamos acima, a cultura de cada um e seus sentidos culturalmente construídos influem no seu discurso e constrói no Outro sentidos.

Através da observação dos diversos discursos inclusos na política brasileira, procuramos analisar sentidos construídos nas culturas e ideologias diversas, investigando-se, atentamente, a presença de preconceitos, americanismo, nacionalismo e outros fatores culturais que colaboram e interferem na construção e reavaliação dos sentidos. A esse discurso, que insiste em discriminar, separar e fortalecer preconceitos chamamos aqui de discurso colonizador.

Utilizando a teoria de Tuan (2013, p.14), observamos o lugar e espaço do sentido colonizador na política brasileira, ou seja, observamos o lugar e o espaço de quem fala e através de seu discurso, observamos, também, o lócus do sujeito que o constrói, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo se relacionando com o mundo e com a coletividade social.

Nesse lócus, enquadrados a teoria de Pierre-Yves Raccah (2002) sobre pontos de vista e ressaltamos que o sujeito constrói seu lugar e seu espaço, seguindo seu ponto de vista que o auxiliou a construir seus sentidos.

Sobre o tema, Raccah faz digressões sobre o que se pode ver e como se pode ver as coisas, fazendo-nos reafirmar a teoria de que o sentido de um enunciado não é percebido, é construído, ou seja, a interpretação se dá com o conhecimento do contexto e do cenário, como já explicitamos anteriormente. Raccah (2002, p. 69) exemplifica sua teoria e conclui que cada enunciado, por mais que utilize as mesmas palavras, evoca pontos de vista que pertencem à cultura de uma comunidade linguística, ou melhor da comunidade linguística a que pertence o falante.

Situando o objetivo deste estudo aos discursos de políticos brasileiros, observa-se a teoria de Raccah e se vislumbra o falante como um manipulador que, utilizando sua língua como ferramenta, empurra (ou tenta empurrar) o ouvinte a construir um sentido subjetivo, que o próprio falante só pode vislumbrar, mais ou menos, em função do seu conhecimento da subjetividade do ouvinte.

Observa-se, então, que o(s) candidato(s) no cenário político brasileiro, ao acompanhar o cenário nacional e a insatisfação do povo com a descrição política que a mídia faz dos governantes e com as força(s) ideológica(s), constroem discursos a partir de seu lugar e espaço, e aí, surgem declarações colonizadoras. E ainda, orientados por pessoas com fortes ideologias, modificam e/ou fortificam seus valores culturais, gerando impressões destes valores em suas mentes, o que lhes tornam possível um construto cultural compartilhado que o leva a representações subjetivas, pessoais, sobre as pessoas e a cultura de seu próprio país.

Ademais, ao verificar discursos de variados candidatos nas diversas mídias para análise, levamos em conta que os sentidos culturalmente construídos por eles antes da campanha eleitoral, por meios de comunicação que privilegiam além das palavras, as imagens, tiveram também, importante papel na construção do jogo discursivo.

Isto porque, antes de eles tentarem criar sentidos em seus eleitores, também, através de diferentes mídias, eles próprios criaram sen-

tidos a respeito de uma determinada palavra ou ideia a partir das FDs que o constituem e das posições ideológicas que eles assumem no processo sócio histórico em que esta palavra ou ideia foi produzida. Além disso, nas diversas mídias que, também, privilegiam a cena em detrimento da simples narrativa ou do sumário, tudo é visto e mostrado a partir da sua perspectiva, de seu ângulo de visão.

Dessa maneira, pode-se dizer que a história é construída, reconstruída e, até mesmo, desconstruída a partir de um recorte. Os candidatos, com sentidos construídos, mostram aos eleitores a sua versão dos fatos, construindo a sua história sobre a nação (Bhabha, 1994; Hall, 1998; Benjamim, 1985/1994).

Em outras palavras, com a utilização das diversas mídias, o candidato com seu discurso é quem autoriza (e legitima) o que se pode chamar de “sua própria história oficial”, reforçando alguns acontecimentos e abafando outros que, segundo sua conveniência, deveriam, por diversos motivos, serem esquecidos. Transformando experiências pessoais em públicas, eles atuam como sábios e, sem poderem ou querer ser questionado, dão seus conselhos e contribuem para a criação de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1983/1989), ou seja, a invenção de uma visão do mundo.

3.1 O *lócus* do sentido colonizador e os desníveis sociais

Situando o sentido, sua construção a partir da Língua e da Cultura dentro de um contexto e de um cenário no qual se constrói o discurso, observamos que o *lócus* do sujeito que fala está inserido nas estruturas de poder do mundo moderno/colonial (Quijano e Wallerstein, 1992).

Como mundo moderno/colonial ou sistema mundo/moderno colonial compreende-se de partida a metáfora sistema-mundo moderno proposta por Wallerstein (1974). Ou seja, um mundo visto de dentro da Europa, ou hoje, de dentro dos Estados Unidos da América e outras potências econômicas, no qual se

vê o capitalismo como modernidade, ou seja, aparece como um fenômeno europeu (ou imperial), do qual todo o mundo é partícipe, mas com distintas posições de poder. Isto é, como diz Mignolo (2005) “a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza”.

Desse modo, é visível na política brasileira, o lugar e o espaço do discurso colonizador nessa estrutura. Um discurso que traz em si a imposição e implica na construção ideológica que permite fabricar, peça por peça, as suas vítimas. FDs regionalizadas, como configurações específicas dos discursos em suas relações. Um interdiscurso que incorpora elementos externos a uma dada FD e os insere em uma linha de continuidade interna, também chamada de ordem do discurso, construído com sentidos subjetivos que passados e repassados, se carregados de preconceitos ou ideias do nós contra eles, tornam a sociedade fragilizada, em crise de sentidos, reforçando o discurso do colonizador, aquele que traz em si, o pior do sentido “colo”, aquele que tira proveito, que explora.. Um mecanismo ideológico que serve para justificar qualquer tipo de injustiça e desigualdades sociais.

Um interdiscurso que nos faz lembrar Pêcheux (1975) quando cita que o interdiscurso procura ouvir o “não-dito” naquilo que é dito. É esse interdiscurso, afetado por dois tipos de esquecimentos. O primeiro é o da instância ideológica, o qual cria, no sujeito, uma ilusão constitutiva, aquela de que ele é a origem do seu dizer: que o que ele diz é novo, nunca fora dito antes. De natureza inconsciente, esse tipo de esquecimento configura o próprio processo de interpelação do sujeito.

O segundo, o da ordem da enunciação, o qual estabelece que não existe uma forma única para o dizer, que sempre pode ser dito de outra maneira, sempre pode ser outro. Ademais, por saber que o que diz pode ser interpretado e compreendido de diversas maneiras (pela própria inclusão do Outro em seu discurso), por não se constituir como a fonte do

sentido, o sujeito conscientemente reformula seu dizer, na tentativa de expressar suas ideias mais adequadamente, da forma mais precisa possível, manipulando seu ouvinte, fazendo com que o “outro” acredite que aquele discurso é o seu próprio discurso.

Portanto, vê-se que independente do partido político, ou da ideologia incrustada nos sentidos culturalmente construídos, a política brasileira tem o sentido colonialista bem marcado em seus discursos. Não somente em sua dimensão institucional, mas em um sentido amplo, atingindo todas as esferas. Um discurso que traz em si, como já dito anteriormente, uma construção ideológica que permite fabricar a inferioridade do “outro” e que auxilia e/ou preserva os desníveis sociais observados no Brasil.

Conclusão

Com conhecimento da Teoria Pós-Colonial e o pensamento dos autores decoloniais, abre a possibilidade de se esclarecer o que há por detrás do ponto de vista do sujeito que através do seu discurso manipula, ou tenta manipular o “outro”. Reflexões sobre colonialismo e forma de decolonização servem para compreender e desvendar a nossa realidade.

Ademais, com um olhar decolonizador, há como buscar esclarecimento sobre teorias e/ou ideologias que motivam o ponto de vista do sujeito do discurso sobre o grupo descrito ou cenário apresentado, pois o estudo pós-colonial proporciona ao interlocutor a ferramenta necessária para que ele reconheça quando um grupo pode estar de alguma forma sendo beneficiado em detrimento de outros.

O locutor/interlocutor, com uma visão decolonial, participa do discurso e esclarece a si mesmo e a outros o que há por detrás dos sentidos do sujeito produtor do discurso, reconhece naquele discurso a tentativa de colonizar e, tenta encontrar formas de decolonização que sirvam para realidade local. Procura, desse modo, esclarecer sobre teorias e/ou ideologias que motivaram o olhar do sujeito do discurso sobre o grupo o que ele vê e como

apresenta. Pois, o estudo pós-colonial proporciona a esse locutor/interlocutor a ferramenta necessária para que ele reconheça quando um grupo pode estar de alguma forma sendo beneficiado em detrimento de outros, evitando assim, a repetição do discurso colonizador, a apropriação e perpetuação desse discurso por ele próprio e por outros.

O discurso político deve ser tema de análise que busque por fatores que influem no julgamento e posições na hierarquia que envolve o colonizador e o colonizado a fim de apontar pontos obscuros ou enganosos na leitura, interpretação e divulgação do discurso. Numa procura constante do entre espaço, fazendo o que podemos chamar de “varredura”, para uma correta análise.

Nessa análise é importante lembrar que é o ‘entre’ – o fio cortante da lâmina – o entre espaço – é o que leva o fardo do significado da cultura. É o que faz possível começar a enfrentar histórias inventadas sobre os povos. E, é através da exploração deste terceiro espaço que podemos iludir a política de polaridade e emergir como os outros em nós mesmos. (Bhabha, 1994, pp.38-9) [Nossa tradução].

Concluiu-se, portanto, que num mundo globalizado, com uma visão geopolítica de centro e periferia, a decolonização do discurso pode evitar o que já se percebe, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Populações em crise de sentidos, onde já não reconhecem em si os sentidos construídos em suas próprias culturas e que por isso, são incorporados na sociedade como colonizadores e/ou colonizados, reforçando as diferenças, mantendo preconceitos e preservando os imensos desníveis.

Populações com comunidades que não são unidades harmoniosas e não correspondem a categorias bem definidas de comportamento, mas são caracterizadas pelas suas dinâmicas, moldadas por conflitos, disputas de poder, competição de variados interesses, exclusão, inclusão e desempenho de múltiplas identidades constituindo suas realidades e que, em

crise de sentidos, não mais se permitem reconhecerem uns aos outros.

Uma crise provocada por constantes discursos com sentidos diversos e contraditórios das diversas mídias que provocam a polarização da sociedade e criam percepções e representações sociais que conduzem a preconceitos diversos e ao ódio, aumentando as diferenças e os desníveis sociais.

Referências

- Anderson, B. (1989 [1983]). *Nação e Consciência. Nacional* (trad. L. Oliveira). São Paulo: Ática.
- Althusser, L. (1988 [1985]). *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado* (trad. W. Evangelista & M. Castro). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Bhabha, H. (1994). *O local da cultura* (trad. M. Ávila et al). Belo Horizonte: UFMG.
- Brandão, H. (1997). *Introdução à análise do discurso*, 6ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Frege, G. (1978). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix.
- Mignolo, W. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In E. Lander (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur, CLACSO.
- Pêcheux, M. & Fuchs, C. (2001 [1983, 1975]). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In F. Gadet & T. Hak (org.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (trad. B. Mariani et al. 3ª ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP.

- Pêcheux, M. & Fuchs, C. (1997 [1983]). *O discurso: estrutura ou acontecimento* (trad. E. Orlandi) 2ª ed. Campinas, SP: Pontes.
- Quijano, A. & Wallerstein, I. (1992). Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern WorldSystem. *International Social Sciences Journal*, (134).
- Rémond, R. (org.) (1997). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas.
- Tuan, Y.-F. (2013). *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência* (trad. L. Oliveira). Londrina, PR: Eduel.
- Wallerstein, I. (1974). *The Modern World-System, vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York/London: Academic Press.
- Witherspoon, G. (1980). Language in culture and culture in language. *International Journal of American Linguistics*, 46(1).